

MARIA DE JESUS SOUSA DE OLIVEIRA E SILVA

A História e o Liceu  
no  
Estado Novo



FACULDADE DE LETRAS

COIMBRA

Maio de 1993

## INTRODUÇÃO

### 1. Problemática

“Para mim, portanto, a História não é a comemoração do passado, mas uma forma de interpretar o presente. Ao descobrir a relação entre o ontem e o hoje, creio poder decifrar a ordem possível do mundo, imaginária, porventura, mas indispensável à minha própria sobrevivência, para não me diluir a mim mesmo no caos de um mundo fenomenal, sem referências nem sentido.”<sup>(1)</sup>

As palavras de José Mattoso vão de encontro ao essencial dos objectivos que nos propomos atingir, na tentativa de identificação da natureza da produção histórica em revistas escolares. História, filha do seu tempo; história, como produto da representação do passado por parte das gerações sucessivas, eixos matriciais do pensamento histórico contemporâneo.

De facto, superado o paradigma científico oitocentista da crença na possibilidade de um conhecimento positivo, objectivo, acabado, introduzidos depois os princípios de incerteza e de relatividade, assumida a ciência como saber incessantemente reformulado, surge a necessidade de compreender o modo de produção dos diferentes campos científicos.

Evidentemente, a história nunca esteve fora deste processo de evolução. Pelo contrário, dada a reconhecida “hipersensibilidade” ao humano, a sua apetência face ao social, é a história um dos campos científicos em que esta transformação se faz sentir com especial agudeza.

Reconhecido o estatuto de ciência da actividade histórica, sublinhe-se que a história “não é uma ciência como as outras”<sup>(2)</sup>. *Ambígua* é a palavra que de uma forma mais límpida a adjectiva e à qual por isso mesmo recorrem muitos dos analistas, quando desejam fazer referência à sua verdadeira natureza<sup>(3)</sup>. Esta afirmação da relatividade do conhecimento histórico, que teve nos historiadores marxistas, no historicista B. Croce, justamente individualizado, e nos contemporâneos e herdeiros dos *Annales*<sup>(4)</sup> alguns dos seus mais decisivos mentores, trouxe saudáveis agitações ao campo da história. Antes de mais, a necessidade sentida pelos historiadores de perceberem os mecanismos e pressupostos que presidiram à evolução do seu campo de actividade — a história da história assume-se contemporaneamente, sobretudo nas últimas décadas, com intenções e práticas que se afastam das exigidas até então a uma história

<sup>(1)</sup> José Mattoso, *A escrita da História. Teoria e métodos*, Lisboa, Ed. Estampa, 1988, p.22.

<sup>(2)</sup> Jacques Le Goff, “História”, *Enciclopédia Einaudi*, vol. 1: *Memória e História*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984, p. 158.

<sup>(3)</sup> Cf., a este propósito, Suzanne Citron, *Enseigner l’Histoire aujourd’hui. La mémoire perdue et retrouvée*, Paris, Les Éditions Ouvrières, 1984, cap. 2, p. 29 e s.

<sup>(4)</sup> Cf. Charles-Olivier Carbonell, “Pour une histoire de l’historiographie”, *Histoire de l’historiographie*, 1, 1982, p. 11.

da história, remetida para a área de ciência auxiliar, no âmbito mais vasto da bibliografia retrospectiva, votada ao desprezo pelos historiadores, praticada por investigadores “vizinhos” — filósofos, estudiosos da literatura — alheios à verdadeira natureza e potencialidades desta área de estudo. Daí que a própria “classe” dos historiadores tenha desejado redimensionar a produção histórica dos seus confrades do passado<sup>15</sup>; assinale-se, para além disso, a influência decorrente de uma certa convulsão das ciências humanas em particular e dos sistemas ideológicos em geral, conduzindo à urgência da auto-análise. A história, uma ciência humana cada vez mais ligada às suas congéneres desde o segundo quarto do século XX, compartilha com elas desta situação de certo impasse.

Não se pretende negar a efectiva contribuição do século XIX para o avanço da ciência histórica — Le Goff a cada passo a sublinha, ao referir, por exemplo, que é nesse século que se “actualiza definitivamente o método crítico dos documentos”<sup>16</sup>, sendo esse o momento decisivo em que a Universidade abre as portas à história, tornando-a objecto de profissionais/historiadores, até então com estatuto de simples curiosos e/ou panegiristas dos poderes sucessivos. É a segunda metade do século XIX que justifica o seu baptismo de “século dos historiadores”<sup>17</sup>, período em que a história é reconhecida como uma ciência de grande credibilidade pública e uma via de confirmação de nacionalismos europeus, legitimados pela reconstrução de um passado feito da “recordação viva” das então “glórias nacionais”<sup>18</sup>. Não será por acaso que o grande centro de erudição histórica a partir da década de 20 do século XIX se situa na Prússia, em pleno período de germinação nacionalista de cariz prussiano, particularmente acentuado com a vitória dos futuros estados alemães na Guerra Franco-Alemã (1870-71), de que sai o “Império Alemão”, proclamado em Versalhes, no ano de 1871.

À história caberia então a tarefa de, sob a capa de uma erudição indiscutida, dar corpo a um patriotismo crescente, cujos efeitos nefastos em pleno século XIX foram lucidamente evidenciados, entre outros, por Alexandre Herculano<sup>19</sup>.

A pretensa objectividade histórica mais não seria, afinal, do que a elaboração calculada de um discurso ideológico ao serviço de uma causa nacional/nacionalista<sup>20</sup>, bem como a

<sup>15</sup> Sobre o assunto, ver Jean-Michel Dufays, “L’histoire de l’historiographie moderne: activités internationales et tendances récentes de la recherche (1970-1984)”, *Revue Belge de l’Histoire Contemporaine*, XV, 1984, 3-4, p. 513 e s.

<sup>16</sup> Jacques Le Goff, *op. cit.*, p. 231.

<sup>17</sup> Jacques Le Goff, *Reflexões sobre a História*, Lisboa, Ed. 70, s.d., p. 12.

<sup>18</sup> Ernest Lavisse, *apud* Jacques Le Goff, “História”, *op. cit.*, p. 197.

<sup>19</sup> “O patriotismo pode inspirar a poesia; pode aviventar o estilo; mas é o péssimo conselheiro do historiador. Quantas vezes, levado de tão mau guia, ele vê os factos através do prisma das preocupações nacionais, e nem sequer suspeita que o mundo se rirá, não só dele, o que pouco importa, mas também da credulidade e ignorância do seu país, o qual desonrou, querendo exaltá-lo!” (Alexandre Herculano, *História de Portugal*, 8ª ed., tomo 1, Paris-Lisboa, Liv. Aillaud e Bertrand, s.d., p. 20).

<sup>20</sup> Cf. Guy Bourdè e Hervé Martin, *Les écoles historiques*, Paris, Seuil, 1983, p. 163-165.

narração, no contexto evolucionista então em voga, dos progressos do género humano.

Se, com Le Goff, se considerarem “os historiadores como os principais intérpretes da opinião colectiva”<sup>(11)</sup>, ao paradigma do historiador erudito positivista/metódico do século XIX corresponderá um “retrato-robot” candidamente objectivo e seguro da eficácia da sua actividade, mas que, numa segunda observação, se manifesta mais ou menos conscientemente “manipulado” ao serviço de poderes, de causas, de padrões de moralidade, afinal um fabricante do “anelo de glória” ou da “flor de reconhecimento pelos serviços prestados — comemoração, piedosa lembrança”<sup>(12)</sup>. O que no século XIX e primeiras décadas do século XX se pedia à história, já não é o que está actualmente em causa — outras necessidades, outros valores surgiram, como resultado do próprio evoluir da situação mundial, que nas últimas décadas veio a assumir um ritmo de mudança por vezes avassalador.

A busca de “referências”<sup>(13)</sup> transforma-se numa das prementes razões de ser da atracção que a história continua a exercer nas gerações contemporâneas. O início do século XX e, em particular, o imediato após-guerra (década de 20) marca a fase de superação definitiva do modelo de verdade positivista; ultrapassada a primeira inocência das certezas absolutas, da crença na possibilidade de determinação de factos inerentes a uma natureza de cunho determinista, a ciência coabita a partir de então com os princípios de relatividade e de indeterminação. O conhecimento científico passará a ser encarado como algo a construir, produto da mediação do cientista face à realidade. É inevitável que, para além dos avanços científicos em si, se desejará ir mais além — assumida a consciência da natureza construída do produto científico, procurar-se-á então conhecer as regras de produção dos vários campos de actividade científica. Um domínio renovado da filosofia das ciências, a epistemologia, irá cumprir a tarefa no que diz respeito à ponderação das condições em que se constrói a ciência e aos paradigmas que lhe são próprios.

A evolução da história como ciência ressent-se positivamente deste estado de coisas. Reconhecida a importância da “escola metódica”<sup>(14)</sup> do século XIX, novas propostas e formulações vão, no entanto, ser lançadas. Desde a importante contribuição da história romântica, aos marxistas e aos contemporâneos e descendentes dos *Annales*, até à criação actual, desenvolveu-se uma cadeia de inovações programáticas e metodológicas.

Assumindo o ponto de vista de que “o historiador responde às questões do seu tempo”<sup>(15)</sup>, reconhecendo a natureza “susceptível” da história face ao social, a história da história, como

<sup>(11)</sup> Jacques Le Goff, “História”, *op. cit.*, p. 197

<sup>(12)</sup> Vitorino Magalhães Godinho, *Ensaio III. Sobre teoria da história e historiografia*, Lisboa, Liv. Sá da Costa, 1971, p. 148

<sup>(13)</sup> José Mattoso, *op. cit.*, p. 22.

<sup>(14)</sup> Luís Reis Torgal, “História... Que História? Algumas reflexões introdutórias à temática da história local e regional”, *Revista de História das Ideias*, nº 9, Coimbra, 1987, p. 848.

<sup>(15)</sup> Charles-Olivier Carbonell, *op. cit.*, p. 13.

prática epistemológica contemporânea, é revigorada com a dimensão de “historicidade”<sup>(16)</sup>, cuja importância sentida pelos historiadores os conduz a aplicá-la à sua própria ciência.

Mas, o que deve entender-se por história? Afinal, história de que história?

Existe uma multiplicidade de pontos de vista por parte de todos os que pensam no assunto. Apesar dos anátemas que frequentemente lhe são dirigidos e da progressiva tecnificação com o consequente desprezo por parte de sectores das sociedades de hoje, firmemente escorados nos milagres dos meios de comunicação de massa, apesar de uma certa perda de prestígio do historiador, em proveito dos políticos e dos economistas promovidos por sectores dirigentes tecnocráticos, a história, mais até do que o historiador, continua a desempenhar o seu papel nas sociedades industrializadas e a ser objecto de “procura do grande público”<sup>(17)</sup>. Relembramos as palavras de Mattoso que colocámos na entrada do capítulo e buscamos nelas a justificação para um tal interesse — ele deve-se às desenfreadas conquistas materiais do progresso contemporâneo, e a uma certa atrofia da identidade histórica, com consequente perda de memória, de referenciais, que possibilitem uma maior harmonização com o tempo de existência.

A faceta multimoda da história manifesta-se numa tripla acepção — como passado humano, como conhecimento e como realidade vivida. Será dos dois últimos pontos de vista que partiremos. História como conhecimento, a “história produzida pelos historiadores”<sup>(18)</sup> e o ensino da história. A história dos historiadores, ou historiografia é afinal a actividade praticada “por um corpo especializado de técnicos, a ordem dos historiadores”<sup>(19)</sup>, “com a mais variada formação de raiz”<sup>(20)</sup> e também a que resulta da prática de curiosos, os amadores, irresistivelmente seduzidos por ela.

A necessidade de “vulgarização” da história mencionada por Le Goff<sup>(21)</sup> e a democratização/ massificação da mensagem por parte dos meios de comunicação de massa arrastam a prática histórica para campos e mãos menos ortodoxos: um esforço de compreensão da “cultura histórica”<sup>(22)</sup>, entendida esta não apenas como a produção dos historiadores, mas como toda a diversidade de manifestações ignoradas deliberadamente até há bem pouco tempo, começa a ser objecto de estudo sistemático da recente história da história. Transportada para os meios de comunicação nem sempre por aqueles que detêm um saber histórico profissionalmente adquirido, a história atinge um certo êxito dada a necessidade de recuperação de paraísos culturais perdidos, por parte do grande público<sup>(23)</sup>.

<sup>(16)</sup> Jacques Le Goff, “História”, *op. cit.*, p. 159.

<sup>(17)</sup> Jacques Le Goff, *Reflexões sobre a História*, p. 10.

<sup>(18)</sup> Luís Reis Torgal, *História e ideologia*, col. “Minerva-História”, 3, Coimbra, 1989, p. 20.

<sup>(19)</sup> Henri I. Marrou, *Do conhecimento histórico*, Lisboa, Ed. Aster, s.d., p. 25.

<sup>(20)</sup> Luís Reis Torgal, *História e ideologia*, p. 25.

<sup>(21)</sup> Cf. Jacques Le Goff, “História”, *op. cit.*, p. 180.

<sup>(22)</sup> Jacques Le Goff, *supra*, p. 179.

<sup>(23)</sup> A história “deve, mais que nunca, responder ao pedido dos povos, das nações, dos estados, que

Também o ensino da história, veiculador de um certo tipo de discurso próprio dos professores, com a carga didáctica que transporta, vulgarmente metamorfoseadora do original discurso científico, deve ser considerado. O sector do ensino da história apresenta potencialidades e, simultaneamente, riscos na sua função última, numa época de profunda crise do ensino como a nossa. A “encenação”<sup>(24)</sup> do texto de história assume, de facto, características de especificidade em termos do ensino primário e secundário, sectores em que mais limpidamente os objectivos e os métodos reflectem a contingência da prática discursiva da história. Sendo esta uma área recentemente explorada por diversos investigadores, especialmente ao nível de variadas abordagens de conteúdo de manuais escolares, a partir desses estudos se manifesta a forte contemporaneidade do discurso ao nível do ensino assumindo aquele “uma certa forma de interpretar a história correspondente a interesses ‘ideais’ ou ideologias, produzidas ou reproduzidas”<sup>(25)</sup>.

O ensino da história, no que diz respeito ao nível das profundas e complexas relações história/ideologia(s), constitui um campo fecundo de análise, nomeadamente na detecção de um “discurso pedagógico oficial”<sup>(26)</sup>, criador de uma memória colectiva nacional/nacionalista, artificial e monoliticamente assumida por franjas culturais monopolizadoras de tradições e de memórias. “Controlar o passado ajuda a dominar o presente”<sup>(27)</sup> — é a questão premente que M. Ferro nos coloca e será ela que irá conduzir à revisão do conceito e das intenções de um ensino exclusivista, modelador de um passado standardizado.

Numa reflexão deste tipo, surgirá nomeadamente o problema da memória. Le Goff fala de “duas histórias”, a da “memória colectiva e a dos historiadores”<sup>(28)</sup>. Também R. Torgal avança a “ideia de que a história é uma ciência, mas também uma consciência, uma memória”<sup>(29)</sup>; daí que aproxime os conceitos de memória histórica e de consciência histórica<sup>(30)</sup>.

A história-memória germinará a partir da busca e do estudo dos “lugares de memória”<sup>(31)</sup>. Numa primeira abordagem, aparentemente, a memória histórica distinguir-se-á por não ser

esperam que ela mais que uma mestra da vida, seja um espelho da sua idiossincrasia — um elemento essencial desta identidade individual e colectiva que eles procuram com angústia: antigos países colonizadores que perderam o seu império e se encerraram no seu pequeno espaço europeu (Grã-Bretanha, França, Portugal)” (Jacques Le Goff, “História”, *op. cit.*, p. 240-241).

<sup>(24)</sup> Georges Duby, “A História, um divertimento, um meio de evasão, um meio de formação”, Jacques Le Goff *et al.*, *A Nova História*, Lisboa, Ed. 70, 1983, p. 44.

<sup>(25)</sup> Luís Reis Torgal, *História e ideologia*, p. 198.

<sup>(26)</sup> Sérgio Campos Matos, *História, mitologia, imaginário nacional. A História no Curso dos Liceus (1895-1939)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990, p. 9.

<sup>(27)</sup> Marc Ferro, *Comment ont raconté l’Histoire aux enfants*, Paris, Payot, 1981, p. 7.

<sup>(28)</sup> Jacques Le Goff, “História”, *op. cit.*, p. 166.

<sup>(29)</sup> Luís Reis Torgal, *História e ideologia*, p. 42.

<sup>(30)</sup> Luís Reis Torgal, *idem*, p. 20.

<sup>(31)</sup> Ver Pierre Nora (dir.), *Les Lieux de mémoire*, II, *La Nation*, Paris, Gallimard, 1984, *passim*.

controlada pelos historiadores de ofício e coabitar, mais ou menos pacificamente e sob várias facetas, com a história “oficial”. Utilizamos a palavra “aparentemente” quanto à diferenciação memória/história porque, de facto, cada vez mais aquela se afirma na própria investigação histórica. P. Nora<sup>132</sup> acentua esta osmose crescente — a história escreve-se cada vez mais em função das respectivas memórias colectivas. É o que também M. Ferro sugere, ao acentuar a “vigilância” e, portanto, a vulnerabilidade crescente a pressões exteriores, não só dos estados, como dos políticos e da sociedade em geral sobre a produção histórica, numa época em que a democratização de conhecimento e a difusão da história se acentuam cada vez mais<sup>133</sup>. A memória, uma das “sedes”<sup>134</sup> da história, cristaliza-se a partir de uma imensidade de fontes, desde a memória geracional até às diversas formas de aculturação resultantes dos contactos quotidianos, passando pela história veiculada no ensino, na família... Falar-se-á assim de múltiplas memórias coexistentes, intercomunicantes, permeáveis às mais variadas manipulações. Manifestando-se como um acto de “reconstituição imaginária, mítica, mesmo quando resulta da transmissão escolar, porque condiciona os comportamentos colectivos”<sup>135</sup>, a memória tornou-se um dos alvos preferenciais por parte dos que controlam as sociedades de hoje, quanto mais não seja através da imposição de “esquecimentos” e de “silêncios”<sup>136</sup>. Estudar os mecanismos de difusão das memórias é assim um dos objectivos primeiros de análise da história da história. Sendo a matriz geradora da tradição indispensável às sociedades humanas desde as suas origens, elemento agregador e sustentáculo de preservação do grupo e mesmo da própria espécie, a memória assume tantas formas quantos os seus produtores e controladores; daí o interesse despertado nos historiadores actuais.

Tanto a memórias como a história “científica” se encontram imbricadas na permeabilidade “universal” das ideologias<sup>137</sup>, sistemas de referenciais, valores, preconceitos, práticas sociais inerentes a um dado meio ambiente, presentes nas mais variadas construções teóricas e no próprio trabalho científico, segregadas pelas sociedades “como o elemento e a atmosfera

<sup>132</sup> Cf. Pierre Nora, “Memória colectiva”, Jacques Le Goff, *et. al.* (dir.), *A Nova História*, Coimbra, Almedina, s.d., p. 451-454.

<sup>133</sup> Cf. Marc Ferro, *L'Histoire sous surveillance*, Paris, Calman-Lévy, 1985, *passim*.

<sup>134</sup> Cf. Marc Ferro, *Comment ont raconté l'Histoire aux enfants*, p. 299-300.

<sup>135</sup> José Mattoso, *A escrita da História. Teoria e métodos*, p. 21.

<sup>136</sup> Jacques Le Goff, “História”, *op. cit.*, p. 13.

<sup>137</sup> “Queiramos ou não, todos nos movemos na ideologia, em alguma ou algumas ideologias”. “O cientista social não disfruta de nenhum privilégio que o exima da sujeição a essa regra geral. Não pode, portanto, surpreender-nos que a ideologia onde se move e que inconscientemente estrutura a sua espontânea figuração do real, se exprima também — poder-se-ia dizer: inevitavelmente — na sua actividade e produção científica” (A. Sedas Nunes, *Questões preliminares sobre as Ciências Sociais*, Lisboa, Cadernos Gis, 1973, p. 93); sobre o conceito de ideologia, ver também Manuel de Puellas Benítez, *Educación y ideología en la España Contemporánea (1767-1975)*, Barcelona, Labor, 1980, p. 10 e s. Sobre a evolução do conceito de ideologia, ver Guy Bourd é e Hervé Martin, *Les écoles historiques*, p. 244 e s; Georges Duby, “História social e ideologia das sociedades”, Jacques Le Goff, *et. al.* (dir.), *Fazer História. 1. Novos problemas*, Lisboa, Bertrand Editora, 1987, p. 173-195.

indispensáveis à sua respiração, à sua vida histórica”<sup>(38)</sup>.

É a partir desta múltipla interferência memória/história/ideologia que se compreendem as investigações em curso. Por um lado, o estudo das várias “sedes” da consciência histórica, difusoras, cada uma delas, de um certo tipo de discurso com intenções agregadoras de grupo ou de nação. Análise também dos mecanismos de controle, particularmente em sistemas de “partido único” por parte de organismos de poder do Estado, tendendo à transformação da história e da memória histórica em aparelhos ao serviço de uma ideologia — a “história institucional”<sup>(39)</sup> afirma-se então como *A História* (a “boa” história).

Aos historiadores contemporâneos interessará não só a análise da história do poder, como também a das múltiplas histórias não oficiais, bem como das memórias mais ou menos oficialmente oprimidas, que se sobrepõem àquela, tanto no caso de países de regimes autoritários como nas sociedades “abertas”.

Se até às transformações operadas nas sociedades actuais e ao “poderio dos modernos meios de informação”<sup>(40)</sup> a história erudita tinha em vista forjar uma memória nacional criadora de mitologias colectivas com intuítos conservadores ou prospectivos, hoje, “a história será escrita sob pressão das memórias colectivas: desde a história “imediata” até à história “científica”<sup>(41)</sup>.

---

<sup>(38)</sup> A. Sedas Nunes, *op. cit.*, p. 93.

<sup>(39)</sup> Marc Ferro, *L'Histoire sous surveillance*, *passim*. Ver p. 19.

<sup>(40)</sup> Pierre Nora, “Memória colectiva”, *op. cit.*, p. 452.

<sup>(41)</sup> *Idem, ibidem*.



## 2. Objectivos

Tentaremos concretizar algumas das questões da problemática enunciada, analisando manifestações de cultura histórica portuguesa, entre os anos 20 e 70 do nosso século. Uma certa memória histórica mais ou menos inundada pela ideologia do poder, que igualmente contribui para a modelação do discurso histórico e da heroicização de algumas personalidades que povoam o imaginário colectivo reflecte-se e pode ser captada nas publicações que vão surgindo. O ensino da história, muito em especial, evidencia sempre as fricções decorrentes da luta por hegemonias ideológicas.

Reconhecida a importância da produção histórica de profissionais bem como de uma diversidade de fontes, importa investigar a partir de “postos de observação para o estudo da mentalidade histórica”<sup>(1)</sup>. Estão neste caso as revistas, especificamente históricas ou não, ao apresentarem uma colaboração muito diversificada, contendo artigos que, pela sua natureza concisa e viva, reflectem tendências em voga. Exercem assim a função de “testemunho elucidativo de uma época, do pulsar do tecido social, das suas contradições, das ambições e limitações que a rodeiam”<sup>(2)</sup>, desempenhando um papel decisivo, se convenientemente exploradas. A partir delas, e no contexto da história da história, será possível contribuir para a história das ideias e das mentalidades, uma vez que o que está em causa é a captação dos comportamentos, imagens criadas, representações, crenças, mitos, heróis, anti-heróis, cuja aceitação ou negação explicam a pertença ou a marginalidade, relativamente a um modelo social. Dada a sua dinâmica de publicação, podemos também detectar o evoluir de valores, de mitologias, de crenças colectivas, captando as imagens que os coevos e/ou gerações posteriores criaram acerca de um qualquer acontecimento ou personagem históricos, pelos quais sentiram especial apetência ou paixão. A análise dos respectivos colaboradores ajuda igualmente a perceber os “valores” de determinados estratos sociais e intelectuais: os articulistas, correspondentes, assinantes, as temáticas abordadas, os períodos considerados, as teorias emitidas, tudo isso leva à percepção da trama da história.

Porque é também de uma “sociologia do conhecimento” que se trata num estudo deste género — há que analisar as variadas fontes da história, não só em si mesmas, mas enquanto produtos de determinados produtores, frutos de circunstâncias específicas, de natureza económica, política, social: “A historiografia deve ser estudada, portanto, sob um ponto de vista sociológico”<sup>(3)</sup> — se alargarmos a palavra historiografia à noção mais ampla de História (historiografia/história ensino/história memória) a frase ajustar-se-á às nossas intenções. Neste sentido, sem exageros deterministas ou de forçada “historicidade”, a história explica-se em

<sup>(1)</sup> Jacques Le Goff, “História”, *op. cit.*, p. 198.

<sup>(2)</sup> Daniel Pires, *Dicionário das revistas literárias portuguesas do séc. XX*, Lisboa, Contexto Ed., 1986, p. 19.

<sup>(3)</sup> Charles-Olivier Carbonell, *Histoire et historiens. Une mutation idéologique des historiens français, 1865-1885*, Toulouse, Privat, 1976, p. 63 (tradução nossa).

função do tempo vivido, “este intervalo que nos separa do objecto passado não é um espaço vazio”<sup>41</sup>.

Todo o nosso estudo se centrará no período correspondente ao Estado Novo, ou, se quisermos ser mais rigorosos, também da Ditadura Militar (1926 - 1932, ano em que Salazar toma posse como chefe do Governo) e do Estado Novo, desde a sua consolidação (década de 30), até aos anos de crise e de luta desesperada pela sobrevivência política (década de 70).

Uma das questões a tentar perceber é a relação assumida entre a ideologia do Estado Novo e a História. Nomeadamente, no âmbito do ensino e, em particular, do Ensino Secundário, a ideologia do partido único serviu-se realmente da História? Isto é, pode detectar-se a existência de uma história “institucional” fabricada sob vigilância do regime? Como se produz a influência da ideologia a nível da historiografia, da história/ensino e da história/memória? De que modo se manifesta a produção dos historiadores de ofício, na época em causa? Que tipo de investigação produzem?

Em termos de pedagogia/didáctica da história, os valores dominantes concretizam-se numa política de ensino? Atribui-se ao ensino da história funções concretas de preservação ou de construção de valores? Verifica-se um corte com os pontos de vista anteriores (a fase republicana), ou continuam-se tendências? Há modelos de conduta a transmitir? Quais? Porquê e para quê?

Finalmente, ao nível da divulgação da história, que valores vão ser defendidos? Que épocas? Que personalidades? Qual o papel desempenhado pelo comemorativismo? Com que intenções? Verifica-se uma actuação deliberada e sistemática constitutiva de uma “memória histórica” de cunho nacional/nacionalista? Em que medida é que “mitologias” forjadas então ainda hoje perduram? Como se manifestou, a estes três níveis de abordagem histórica, a pressão das ideologias e, em particular, do salazarismo? Assinalar os vários momentos de metamorfose decorrente de convulsões mais ou menos graves do regime (o após-guerra; a Guerra Colonial) será outro dos objectivos da análise da produção historiográfica, da história/ensino e da história/memória, com base nas publicações de que nos ocuparemos. A visão diacrónica pretendida pressupõe a análise de publicações com continuidade e colaborações de tendências diversas, mas interligadas no tempo e no espaço. Depois de um levantamento geral de publicações escolares portuguesas de ensino secundário (1857-1988), que colocamos em *Apêndice*, e a que adiante fazemos referência, optámos por considerar três revistas do Liceu de Aveiro — *A Labor* (1926-1973), o *Farol* (1957-1970), o *Anuário* (a partir de 1926, até ao último ano da sua publicação, 1962). Tal escolha, pensamos, cumpre requisitos prévios: continuidade em termos de publicação, colaboração variada, representatividade de correntes de opinião da época com todos os condicionalismos impostos pela Censura instituída em 1926, reforçada a partir de 1933<sup>42</sup>. Note-

<sup>41</sup> Henri I. Marrou, *Do conhecimento histórico*, p. 40.

<sup>42</sup> Sobre o assunto, ver Maria Filomena Mónica, *Educação e sociedade no Portugal de Salazar*, Lisboa, Presença, 1978, p. 178 e s.; Clara Rocha, *Revistas literárias do séc. XX*, Coimbra, Gráfica Maia Douro, 1985, p. 141 e s.

-se, para além disso, que as revistas escolhidas são produto de um liceu com notáveis tradições e forte implantação na época.

### 3. Metodologia

- Privilegiar limites temporais, devendo estes apresentar uma coerência relativamente à temática em análise e à captação de características de permanência e de evolução em termos de conteúdos<sup>(1)</sup>. Nem um período demasiado longo, que ofereça o risco de observação superficial, simples enunciação temática, nem excessivamente curto, que impossibilite a visão de uma perspectiva macrotemporal relativamente ao contexto enunciado. O período escolhido, delimitado pelo tempo de existência da *Labor*, pareceu-nos ideal, dado ser praticamente coincidente com a duração do Estado Novo — tornou-se então possível captar a própria dinâmica reflectida nas revistas, as várias feições assumidas pelo discurso histórico ao longo da existência do regime.
- Aplicar uma abordagem de natureza simultaneamente qualitativa e quantitativa. Por um lado, sob o ponto de vista qualitativo, pretende-se, como aliás já foi referido, partir para uma interpretação próxima da “sociologia retrospectiva”<sup>(2)</sup> — não estará em causa a “catalogação sem interesse”<sup>(3)</sup>, ou a apreciação da “arte de escrever”, objectivo prioritário do historiador da literatura, até há pouco, com o filósofo, os responsáveis tradicionais pela prática da história da história. Procurar-se-á, pois, interpretar o produtor, mediante análise da sua idade, profissão e posicionamento social, em relação com vectores fundamentais da época respectiva. As grandes vantagens decorrentes de uma abordagem quantitativa, quando convenientemente praticada, devem também ser consideradas. O método estatístico<sup>(4)</sup> torna-se indispensável à fundamentação esclarecedora de pontos de vista defendidos: gráficos, quadros possibilitarão uma leitura rápida, clara, simplificada, de dados que, sem recurso a este método, não passariam de um amontoado de valores ilegíveis; isto, desde que não se caia no “ridículo” do cultivo da “religião das matemáticas e do diagrama”<sup>(5)</sup>.

<sup>(1)</sup> Cf. Charles-Olivier Carbonell, “L’analyse de contenu d’une revue historique: l’analyse quantitative”, *Storia della storiografia*, 3, 1983, p. 97 e s.

<sup>(2)</sup> Jean-Michel Dufays, “L’histoire de l’historiographie moderne: activités internationales et tendances récentes de la recherche (1970-1984)”, *Revue Belge de l’Histoire Contemporaine*, XV, 1984, 3-4, p. 534.

<sup>(3)</sup> Charles-Olivier Carbonell. *Histoire et historiens. Une mutation idéologique des historiens français. 1865-1885*, p. 55.

<sup>(4)</sup> Cf. *supra*, p. 64-65.

<sup>(5)</sup> *Idem*, p. 65. Sobre as limitações da quantificação ver, por exemplo, François Furet, *A oficina da História*, Lisboa, Gradiva, s. d., p. 59 e s.; Pierre Salmon, *História e crítica*, Coimbra, Liv. Almedina, 1979, p. 49 e s.

Seguindo Carbonell<sup>16)</sup>, tentar-se-á, enfim, a construção de um “atlas”, de uma “demografia”, de uma “semântica” históricos que, em ligação constante com a interpretação de cunho sociológico, são instrumentos de análise indispensável à prossecução dos fins em vista.

---

<sup>16)</sup> Cf. Charles-Olivier Carbonell, *Histoire et historiens. Une mutation idéologique des historiens français. 1865-1885*, p. 65.

#### 4. Publicações escolares portuguesas (Ensino Secundário) — Sécs. XIX e XX.

A análise da História em publicações escolares ao longo do Estado Novo implicou um levantamento tão exaustivo quanto possível dos respectivos títulos no período em questão. Justifica-se, assim, a recolha sistemática tanto do Catálogo das Publicações Periódicas da Universidade de Coimbra, como de obras de autores especializados ou que, pertencendo à área do jornalismo, se preocuparam com o registo de publicações regionais, onde surgem também revistas escolares<sup>(1)</sup>.

O “Gráfico das publicações escolares portuguesas — 1857/1988”<sup>(2)</sup>, elaborado com base em intervalos decenais, a partir dos dados do “Índice Cronológico”<sup>(3)</sup>, permite-nos fazer uma leitura rápida quanto à distribuição das publicações recolhidas. Abstraindo das lacunas que existem, assinala-se a tendência crescente de publicações entre os finais do século XIX até à década de 20 do nosso século, naturalmente graças ao impulso dado à instrução no período imediato à instauração do regime republicano<sup>(4)</sup>. A partir de inícios da década de 30, pelo contrário, assiste-se a significativa quebra no número de publicações então saídas, devendo-se tal circunstância à situação interna da queda da República, com o golpe de 28 de Maio de 1926 e à repressão subsequente, acentuada com o reforço da Censura a partir de 1933<sup>(5)</sup>. É então que se assinala uma evidente troca da “defensiva pela ofensiva”<sup>(6)</sup>, em termos de afirmação do regime nas várias frentes e, em particular, na área do ensino<sup>(7)</sup>. A repressão do professorado atinge o ponto culminante com a publicação da lei de 1936, que impõe ao funcionalismo público a assinatura de “uma declaração de repúdio do Comunismo e de outras ideias “subversivas”<sup>(8)</sup>. Claro que tal clima se reflecte negativamente no empenhamento da classe em actividades paralelas — a dinamização de publicações respeitantes à sua área de actividade, por exemplo. Junte-se a isto uma situação europeia de repressão e de instabilidade, prenunciando já a Segunda Guerra. É também a época da Guerra Civil Espanhola, bem como da afirmação de diversas ditaduras europeias, com consequências negativas assinaláveis<sup>(9)</sup>.

<sup>(1)</sup> Cf. em *Apêndice, Subsídio para um catálogo de publicações escolares portuguesas (Ensino Secundário) — sécs. XIX e XX*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1992 (dactil.), p. 131-132.

<sup>(2)</sup> *Idem*, p. 169.

<sup>(3)</sup> *Idem*, p. 170-171.

<sup>(4)</sup> Cf. Rómulo de Carvalho, *História do ensino em Portugal*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1986, cap. XVIII, p. 651 e s.

<sup>(5)</sup> É com o Ministro da Instrução Cordeiro Ramos que, desde 1930, se impõem as “medidas duras, repressivas, no ensino liceal” (Rómulo de Carvalho, *op. cit.*, p. 741).

<sup>(6)</sup> Maria Filomena Mónica, *op. cit.*, p. 180.

<sup>(7)</sup> Cf. Rómulo de Carvalho, *op. cit.*, p. 751 e s.

<sup>(8)</sup> Maria Filomena Mónica, *op. cit.*, p. 180.

<sup>(9)</sup> Cf. Rómulo de Carvalho, *op. cit.*, p. 75.

Com o pós-guerra e uma certa abertura decorrente das pressões externas intensifica-se a produção de revistas escolares, assistindo-se na década de 60, e apesar de um certo reforço da vigilância governamental provocada pelo estalar da Guerra Colonial, a uma receptividade em determinados sectores do ensino a novas correntes pedagógicas: é a fase dos ministérios da Educação de Leite Pinto e de Galvão Teles, com o início da Telescola e a entrada dos meios áudio-visuais no ensino.

A multiplicação de publicações escolares ao longo dos anos 60 e 70 será o reflexo de uma natural efervescência num sector tão sensível e permeável como o do ensino. Decisivo neste contexto será, com Marcello Caetano e a “Primavera” então prometida, a entrada de Veiga Simão como Ministro da Educação (1970-74)<sup>(10)</sup>, fase de decisivo impulso no sector do ensino, acentuado no período posterior ao 25 de Abril<sup>(11)</sup>.

Pela falta de informação sistemática, tornou-se-nos impossível detectar as médias de duração das diversas publicações, intenção que tentámos, sem êxito, realizar. Quanto à sua distribuição geográfica, que podemos analisar com base no “Índice geográfico (Portugal Continental...)”<sup>(12)</sup> e independentemente de uma análise que poderia realizar-se em consonância com a respectiva data de publicação, verifica-se que no período considerado (1857-1988) as publicações recenseadas dizem respeito ao continente, zonas insulares e coloniais — Angola, Moçambique, Índia Portuguesa, Macau... As cidades de Lisboa, Porto e Coimbra ocupam naturalmente os três primeiros lugares quanto ao número de publicações escolares, dado ser também nelas que até muito recentemente se concentravam os estabelecimentos de ensino. Curioso é verificar que as publicações de Angola/Luanda se iniciaram na década de 50 (8 em 15), o que demonstra uma dinamização escolar nesse período imediatamente anterior à Guerra Colonial. Necessário se tornaria ponderar acerca das verdadeiras incidências do facto no sector escolar angolano.

De zonas escolares coloniais como Guiné, Timor, Cabo Verde, São Tomé não há notícia — pelo menos, não encontrámos sinal de qualquer publicação escolar nas fontes consultadas, o que significa a pouca importância dada a tais territórios quanto a investimento cultural.

Escolhemos, pois, três revistas do Liceu de Aveiro<sup>(13)</sup>, publicadas em épocas diferentes, de tempos de existência mais ou menos longos, cada uma delas com o seu espaço muito próprio. Se, em princípio, desejamos encarar a revista “como lugar de afirmação de um grupo”<sup>(14)</sup>, tomando a palavra “grupo” em sentido muito lato, encontraremos em cada uma das três não

<sup>(10)</sup> Cf. *idem*, p. 807 e s.; A. H. de Oliveira Marques, *História de Portugal*, 2ª ed., vol. III, Lisboa, Palas Editores, 1981, p. 406 e s.

<sup>(11)</sup> “Existem cerca de oitocentos jornais escolares em Portugal com publicação regular” (*Público*, nº 797, domingo, 10 de Maio de 1992, p. 7).

<sup>(12)</sup> Cf. *Subsídio para um catálogo de publicações escolares portuguesas (Ensino Secundário) — sécs. XIX e XX*, p. 172-175.

<sup>(13)</sup> Cf. *supra*, revistas números 75; 203; 237.

<sup>(14)</sup> Clara Rocha, *Revistas literárias do séc. XX*, p. 33.

só gerações diferenciadas, como também intenções perfeitamente claras e distintas, ainda que dentro de uma mesma área de actuação. Será como uma "travessia" pelos fragmentos da memória, tentando descodificar "estigmas" da nossa própria identidade, que as analisaremos, procurando "o entrançado labirinto das suas miragens, que se incorporam numa certa memória colectiva e aí permanecem latentes"<sup>15</sup>.

---

<sup>15</sup> Cecília Barreira, "As revistas em Portugal", *Jornal das Letras*, nº 91, 1984, p. 25.



# Fontes e Bibliografia\*

\* Agrupámos as fontes e a bibliografia em duas rubricas: 1. Fontes; 2. Outras fontes e obras de consulta. Dividimos esta em 3 partes: 2.1. Revistas e jornais; 2.2. Dicionários e Enciclopédias; 2.3. Obras de carácter geral, livros e artigos.

## 1. FONTES

- *Anuário do Liceu de Nacional de Aveiro, Aveiro, 1926 - 27/1961-62.*
- *Farol, Aveiro, nº 1 (1957-58)/nº32 (1960/70).*
- *Labor, Aveiro, nº 1 (1926)/nº 312 (1973).*

## 2. OUTRAS FONTES E OBRAS DE CONSULTA

### 2.1. Revistas<sup>(1)</sup> e jornais

*Arquivo do Distrito de Aveiro, Aveiro, 1936; 1945; 1951; 1955; 1957; 1961; 1962; 1963; 1967; 1969; 1970<sup>(2)</sup>*

*Expresso, nº 593, 10 de Março 1984; nº 789, 12 de Dezembro de 1987*

*História, Lisboa, 1979, 1982<sup>(2)</sup>*

*Jornal das Letras, Lisboa, 1984<sup>(2)</sup>*

*Lusíada, Porto, 1955; 1956<sup>(2)</sup>*

*Prelo, Lisboa, 1984<sup>(2)</sup>*

*Público, nº 734, 8 de Março de 1992; nº 797, 10 de Maio de 1992.*

*Revista de História das Ideias, Coimbra, 1977; 1981; 1987; 1990<sup>(2)</sup>*

*Vértice, Coimbra/Lisboa, I e II séries, 1958; 1961; 1977; 1989; 1990<sup>(2)</sup>*

*Vida Mundial, Lisboa, 1967; 1970<sup>(2)</sup>*

<sup>(1)</sup> Para além das revistas citadas, consultámos várias revistas dos liceus, que estão inseridas no *Subsídio para um catálogo de publicações escolares portuguesas (Ensino Secundário) — Sécs. XIX e XX*, p. 131 e s.

<sup>(2)</sup> Ver autores e artigos considerados, 2.3. "Obras de carácter geral, livros e artigos", p. 182 e s.

## 2.2. Dicionários e enciclopédias

COELHO, Jacinto Prado (dir.) — *Dicionário das literaturas, portuguesa, galega e brasileira*, Porto, Figueirinhas, 1960.

*Enciclopédia Einaudi*, 11 vols., Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1984 -1987.

*Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, 20 vols., Lisboa, Verbo, 1963 - 1980.

*Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, 40 vols., Lisboa-Rio de Janeiro, ed. Enciclopédia (1935 - 1960).

KOOGAN, Abrahão (dir.) — *Dicionário Enciclopédico Koogan Larousse Selecções*, vol. 2, *Nomes próprios*, Lisboa, Selecções Reader's Digest, 1980.

LAENG, Mauro — *Dicionário de Pedagogia*, 2ª edição, Lisboa, Pub. Dom Quixote, 1978.

PIRES, Daniel — *Dicionário das revistas literárias portuguesas do séc. XX*, Lisboa, Contexto Ed., 1986.

ROSENTAL, M. M. e IUDIN, P. F. (dir.) — *Dicionário Filosófico*, vol. 1, Lisboa, Ed. Estampa, 1972.

SERRÃO, Joel — *Dicionário de História de Portugal*, 4 vols., Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1963 - 1971.

SILVA, António de Moraes (dir.) — *Novo dicionário compacto da língua portuguesa*, 2 vols., Lisboa, Ed. Confluência, 1961.

### 2.3. Obras de carácter geral, livros e artigos.

AGUILAR, Manuel Busquets de — *O Curso Superior de Letras (1858-1911)*, Lisboa, s. ed., 1939.

ALBUQUERQUE, Luís de — “Ensino Liceal”, *Dicionário de História de Portugal*, vol II, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1965, p. 45-48.

ALEXANDRE, Valentim — *Origens do colonialismo português moderno (1822-1891)*, Lisboa, Liv. Sá da Costa Ed., 1979.

“Os anos 60 em Portugal. Cronologia dos principais factos políticos e sociais”, *Vértice*, II série, nº 26, Maio de 1990, p. 53-65.

BARREIRA, Cecília — “As revistas em Portugal”, *Jornal das Letras*, nº 91, 1984.

BARROS, Júlia T. Leitão de — “Anglofilia e germanofilia em Portugal”, *Portugal na Segunda Guerra Mundial. Contributos para uma revelação*, Lisboa, Pub. Dom Quixote, 1989, p. 93-136.

BOURDÉ, Guy e MARTIN, Hervé — *Les écoles historiques*, Paris, Seuil, 1983.

BRAUDEL, Fernand — “Contribuição da história das civilizações”, *História e Ciências Sociais*, Lisboa, Ed. Presença, 1972, p. 153-241.

BUESCO, Ana Isabel Carvalhão — *O milagre do Ourique e a História de Portugal de Alexandre Herculano. Uma polémica oitocentista*, Lisboa, INIC, 1987.

CAETANO, Marcello — *Minhas memórias de Salazar*, 3ª ed., Lisboa, Ed. Verbo, 1977.

CALDEIRA, Arlindo Manuel e MAGNO, José — “Braudel: o Mediterrâneo e a “história total”, *Expresso*, nº 593, 10 de Março de 1984, p. 33-R/35-R.

CAMACHO, Brito, — *Terra de Lendas*, Lisboa, Liv. Ed. Guimarães & Cª, 1925.

- CAMPINOS, Jorge — *Ideologia política do estado salazarista*, Lisboa, Portugália Edit., 1975.
- CARBONELL, Charles-Olivier — *Histoire et historiens. Une mutation idéologique des historiens français. 1865-1885*, Toulouse, Privat, 1976.
- CARBONELL, Charles-Olivier — “*Pour une histoire de l'historiographie*”, *Histoire de l'historiographie*, 1, 1982.
- CARBONELL, Charles-Olivier — “*L'analyse de contenu d'une revue historique: l'analyse quantitative*”, *Storia della storiografia*, 3, 1983, p. 97-108.
- CARVALHO, Rómulo de — *História do ensino em Portugal*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1986.
- CASTRO, Armando de — “*A dinâmica económica desde 1910 até à década de 1960*”, *História de Portugal*, vol. 6, Lisboa, Pub. Alfa., p. 243-257.
- CATROGA, Fernando — “*Os inícios do positivismo em Portugal. O seu significado político-social*”, *Revista de História das Ideias*, nº 1, Coimbra, 1977, p. 287-394.
- CATROGA, Fernando — *A militância laica e a descristianização da morte, 1865-1911*, 2 vols., dissertação de doutoramento, policopiada, Coimbra, Faculdade de Letras, 1988.
- CHRISTO, António e GASPAR, João Gonçalves — *Calendário histórico de Aveiro*, Aveiro, Câmara Municipal de Aveiro, 1986.
- CIDADE, Hernâni — *Portugal Histórico-cultural*, Lisboa, Ed. Arcádia, 1972.
- CIDADE, Hernâni, — *Bocage. A obra e o homem*, 3ª ed., Lisboa, Ed. Arcádia, 1978.
- CITRON, Suzanne — *Enseigner l'Histoire aujourd'hui. La mémoire perdue et retrouvée*, Paris, Les Éditions Ouvrières, 1984.
- Colecção Oficial de Legislação Portuguesa*, 1915, Lisboa, Imprensa Nacional, 1916, p. 322.
- COLINGWOOD, R. G. — *A ideia de História*, Lisboa, Ed. Presença, 1978.

- CORTESÃO, Jaime — “A Renascença Portuguesa e o ensino da História Pátria”, *A Águia*, 1ª vol., nº 9, Set. 1912, p. 73-80.
- CORTESÃO, Jaime — *Os factores democráticos na formação de Portugal*, Lisboa, Portugália Editora, 1964.
- COSTA, Fernando Marques da — “Sociedade e grupos sociais no período constitucional”, *História de Portugal*, vol 6, Lisboa, Pub. Alfa, 1983, p. 225-233.
- COUTINHO, Bernardo Xavier — “Prof. Doutor Joaquim de Carvalho”, *Lusitana*, nº 7, 1955, p. 1.
- CRUZ, Manuel Braga da — “O Integralismo Lusitano e o Estado Novo”, *O fascismo em Portugal*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1982, p. 105-139.
- DUBY, Georges — “História social e ideologia das sociedades”, Jacques de Goff *et al.* (dir), *Fazer História*, 1, *Novos problemas*, Lisboa, Bertrand Editora, s. d., p. 173-195.
- DUFAYS, Jean-Michel — “L’histoire de l’historiographie moderne: activités internationales et tendances recentes de la recherche (1970-1984)”, *Revue Belge d’Histoire Contemporaine*, XV, 1984, 3-4, p. 511-539.
- “Entrevista com o Dr. Joel Serrão”, *Vértice*, vol. XVIII, nº 182, 1958, p. 653-654.
- FÈBVRE, Lucien — *Combates pela história*, Lisboa, Ed. Presença, 1977.
- FERNANDES, Rogério — *O pensamento pedagógico em Portugal*, Lisboa, Instituto de Cultura Portuguesa, 1978.
- FERRÃO, Carlos — *História da I República*, Lisboa, Terra Livre, 1976.
- FERREIRA, Alberto — “Joaquim de Carvalho e a cultura portuguesa”, *Vértice*, vol. XXI, nº 211, 1961, p. 235-244.
- FERREIRA, David — “Gomes, Manuel Teixeira (1860-1941)”, *Dicionário de História de Portugal*, vol II, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1965, p. 353-354.

- FERREIRA, David — “Lima, Sebastião de Magalhães (1850-1928)”, *Dicionário de História de Portugal*, vol. II, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1965, p. 748-749.
- FERREIRA, David — “Seara Nova”, *Dicionário de História de Portugal*, vol. III, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1968, p. 805-810.
- FERRO, Marc — *Comment ont raconte l'histoire aux enfants*, Paris, Payot, 1981.
- FERRO, Marc — *L'Histoire sous surveillance*, Paris, Calman-Lévy, 1985.
- FIGUEIREDO, António de — *Portugal: cinquenta anos de ditadura*, Lisboa, Pub. Dom Quixote, 1975.
- FRANÇA, José Augusto — *O modernismo na arte Portuguesa*, Lisboa, Instituto de Alta Cultura Portuguesa, 1980.
- FURET, François — *A oficina de história*, Lisboa, Gradiva, s. d.
- GASPAR, João Gonçalves (organ. de) — *Índice Geral do Arquivo do Distrito de Aveiro*, Aveiro, s. d., 1984.
- GEORGEL, Jacques — *O salazarismo*, Lisboa, Pub. Dom Quixote, 1985.
- GODINHO, Vitorino Magalhães — *O socialismo e o futuro da Península*, Lisboa, Livros Horizonte, 1969.
- GODINHO, Vitorino Magalhães — *Ensaio III. Sobre teoria da história e historiografia*, 1ª ed., Lisboa, Liv. Sá da Costa, 1971.
- GODINHO, Vitorino Magalhães — *Ensaio II. Sobre História de Portugal*, 2ª ed., Lisboa, Sá da Costa, 1978.
- GODINHO, Vitorino Magalhães — “Portugal e os descobrimentos”, *Expresso*, nº 789, 12 de Dezembro de 1987, p. 62-R/65-R.
- GOMES, Ana Calapez — “Aspectos da ideologia colonial na época das descolonizações.



A questão colonial na identidade nacional portuguesa", *Vértice*, II série, nº 13, Abril de 1989, p. 70-75.

GONÇALVES, Maria Alice O. L. e GONÇALVES, António A. — *Agitada vida de Homem Cristo*, vol. I, Póvoa do Varzim, Ed. dos Autores, 1975.

HERCULANO, Alexandre — *História de Portugal*, 8ª ed., tomo 1, Paris - Lisboa, Liv. Aillaud e Bertrand, s. d.

HOMEM, Amadeu Carvalho — "Do «Iluminismo» ao Positivismo. Joaquim António da Silva Cordeiro e a sua obra", *Revista de História das Ideias*, nº 3, Coimbra, 1981, p. 37-76.

JANEIRO, Helena e SILVA, Isabel A. — "A imagem de Salazar nos cartazes de propaganda política oficial (1933-1949)", *Vértice*, II série, nº 13, Abril de 1989, p. 63-69.

JÚNIOR, António Salgado — "Hernâni Cidade", *Lusitana*, nº 9, 1956, p. 39.

LAMPEDUSA, Tomasi di — *O leopardo*, Lisboa, Liv. Bertrand, s.d.

LE GOFF, Jacques *et al* — *A Nova História*, Lisboa, Ed. 70, 1983.

LE GOFF, Jacques — "História", *Enciclopédia Einaudi*, vol. I: *Memória e História*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984, p. 158-259.

LE GOFF, Jacques — "Memória", *Enciclopédia Einaudi*, vol. I: *Memória e História*, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984, p. 11-50.

LE GOFF, Jacques *et al*. — *Fazer História*, 3 vols, Lisboa, Bertrand Editora, 1987.

LE GOFF, Jacques — *Reflexões sobre a História*, Lisboa, Ed. 70, s. d.

LOPES, Fernando F. — "O liberalismo decadente da *Seara Nova* (algumas hipóteses)", *O fascismo em Portugal*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1982, p. 141-165.

- LOPES, Norberto — *O exilado de Bougie. Perfil de Teixeira Gomes. Com um estudo de João de Barros*, 2ª ed, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1942.
- LOPES, Óscar e SARAIVA, António José — *História da Literatura Portuguesa*, 8ª ed., Porto, Porto Editora, s. d.
- MACHADO, Falcão (organ. de) — *Índices da Labor*, Aveiro, Lusitânia, 1974.
- MADUREIRA, Arnaldo — "A governação sineliana. Um passo em falso da ditadura militar (Julho de 1926/Abril de 1928)", *Vértice*, II série, nº 13, Abril de 1989, p. 49-53.
- MAIA, Francisco de Assis F. — *Jaime de Magalhães Lima*, Aveiro, 1957, Sep. do *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. XXIII, 1957, p. 1-19.
- MALPIQUE, Cruz — *Perfil Humanístico de Abel Salazar*, Porto, Liv. Civilização Editora, 1977.
- MARQUES, A. H. de (organ. de) — *Antologia da historiografia portuguesa. II. De Herculano aos nossos dias*, Lisboa, Pub. Europa-América, 1975.
- MARQUES, A. H. de Oliveira — *História de Portugal*, 2ª ed., vol. III, Lisboa, Palas Editores, 1981.
- MARROU, Henri - I. — *Do conhecimento histórico*, Lisboa, Ed. Aster, s. d.
- MASSIS, Henri — *Salazar face à face. Trois dialogues politiques*, Paris - Genève, La Palatine, 1961.
- MATTOSO, José — *A escrita da História. Teoria e métodos*, Lisboa, Ed. Estampa, 1988.
- MATOS, Sérgio Campos — *História, mitologia, imaginário nacional. A História no Curso dos Liceus (1895-1939)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990.
- MEDINA, João — "Os primeiros fascistas portugueses", *Vértice*, vol XXXVII, nº 400-401, 1977, p. 592-659.
- MEDINA, João — *Salazar em França*, Lisboa, Ed. Ática, 1977.

- MEDINA, João (dir. de) — *História Contemporânea de Portugal*. Tomo II — *Da conspiração republicana ao fim do regime parlamentar*, Lisboa, Amigos do Livro, 1985.
- MENDES, José Maria Amado — *O contributo da biografia para o estudo das elites locais: alguns exemplos*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1991 (dact.).
- MÓNICA, Maria Filomena — *Educação e Sociedade no Portugal de Salazar*, Lisboa, Presença, 1978.
- MOURA, Carlos — “A arte em Portugal”, *História de Portugal*, vol 6, Lisboa, Pub. Alfa, 1985, p. 303-333.
- MOUTINHO, Mário Canova — “A etnologia colonial portuguesa e o Estado Novo”, *O fascismo em Portugal*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1982, p. 415-442.
- NOGUEIRA, Franco — *Salazar*, vol II — *Os tempos áureos (1928-1936)*, Coimbra, Atlântida Ed., 1977; vol. III — *As grandes crises (1936-1945)*, 2ª ed., Porto, Liv. Civilização Ed., 1983.
- NOGUEIRA, Jofre Amaral *et al.* — *Educação: luta de ontem, luta de hoje*, Porto, Cadernos O Professor/3, 1976.
- NORA, Pierre (dir.) — *Les lieux de mémoire*, Paris, Gallimard, 1984.
- NORA, Pierre — “Memória colectiva”, Jacques Le Goff *et al.* (dir.), *A Nova História*, Coimbra, Almedina, s. d., p. 451-454.
- NUNES, A. Sedas — *Questões preliminares sobre as Ciências Sociais*, 2ª edição, Lisboa, Cadernos GIS, 1973.
- OLIVEIRA, Carlos L. de (sel. e pref. de) — *Jaime de Magalhães Lima*, Lisboa, Ed. Panorama, 1961.
- OLIVEIRA, José Manuel Paquete de — “A guerra vista através da imprensa portuguesa”, *Portugal na Segunda Guerra Mundial. Contributos para uma revelação*, Lisboa, Pub. Dom Quixote, 1983, p. 213-227.

- OZOUF, Mona — “A festa sob a revolução francesa”, Jaques le Goff *et al.* (dir.), *Fazer História*, 3, *Novos objectos*, Lisboa, Bertrand Editora, s. d.
- PEREIRA, Pedro Theotonio — *Memórias*, vol. II, Lisboa, Ed. Verbo, 1973.
- PERES, Damião (dir.) *História de Portugal*, vol. VII, Barcelos, Portucalense Ed., 1935.
- PERES, Damião (dir.) — *História de Portugal*, Suplemento, Barcelos, Portucalense Ed., 1954.
- “Um perfil e uma obra: Norton de Matos”, *Vida Mundial*, nº 1482, Novembro de 1967, p. 25-28.
- PICON, Gaëtan (dir.) — *Panorama des idées contemporaines*, Paris, Liv. Gallimard, 1957.
- PRÉLOT, Marcel — *As doutrinas políticas*, vol. III, Lisboa, Ed. Presença, 1974.
- Público*, nº 797, 10 de Maio de 1992, p. 7.
- PUELLES BÉNITEZ, Manuel de — *Educación y ideología en la España Contemporanea (1767-1975)*, Barcelona, Labor, 1980.
- QUENTAL, Antero de — *Causas da decadência dos povos peninsulares*, 2ª ed., Lisboa, Liv. Ulmeiro, 1971.
- REIS, António — “A Primeira República”, *História de Portugal*, vol 6, Lisboa, Pub. Alfa, 1983, p. 117-133.
- REIS, Romeu Costa e JÚNIOR, Manuel Rendeiro — “A “contra-revolução nacional”, *História*, nº 9, Julho de 1979, p. 13-27.
- ROCHA, Clara — *Revistas literárias do séc. XX*, Coimbra, Gráfica Maia Douro, 1985.
- ROSAS, Fernando — “A Igreja em Portugal nos anos 40”, *História*, nº 46, Agosto de 1982, p. 3-17.
- ROSAS, Fernando — *O Estado Novo nos anos trinta. Elementos para o estudo da natureza*

- económica e social do salazarismo (1928-1938)*, Lisboa, Ed. Estampa, 1986.
- SALAZAR, António de Oliveira — *Apelo ao povo*, Lisboa, Secretariado Nacional da Informação, 1961.
- SALAZAR, António de Oliveira — *Discursos*, vol. I, Coimbra, Coimbra Edit., 1961.
- SALMON, Pierre — *História e crítica*, Coimbra, Liv. Almedina, 1979.
- SAMPAIO, Álvaro — *A Escola Única*, Aveiro, Gráfica Aveirense, 1933.
- SARAIVA, José Hermano — “As questões ultramarinas e o fim da Monarquia”, *História de Portugal*, vol. 6, Lisboa, Pub. Alfa, 1983, p. 85-165.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo — *Marcello Caetano. Confidências no exílio*, 2ª ed., Lisboa/São Paulo, Ed. Verbo, 1985.
- SERRÃO, Joel — “Republicanismo”, *Dicionário de História de Portugal*, vol. III, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1968, p. 587-596.
- SERRÃO, Joel — “Decadência”, *Dicionário de História de Portugal*, vol. I, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1971, p. 784-788.
- SERRÃO, Joel — “Relance sobre a vida e a obra historiográfica de Jaime Cortesão”, *Prelo*, 1984/Dez., número especial — Jaime Cortesão”, p. 9-10.
- SERRÃO, Joel — *Do sebastianismo ao socialismo em Portugal*, Lisboa, Livros Horizonte, s. d.
- SILVEIRA, Joel Frederico da — “Alguns aspectos da política económica do fascismo: 1926-1933. (Da crise de sobreprodução ao condicionamento industrial)”, *O fascismo em Portugal*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1982, p. 341-399.
- SOARES, Mário — *Portugal amordaçado. Depoimento sobre os anos do fascismo*, Lisboa, Ed. Arcádia, 1974.
- TAVARES, Francisco Sousa — “A História por escrever”, *Público*, nº 734, 8 de Março de

1992, p. 21.

TAVARES, José Pereira — “Um escritor e um apóstolo”, *Arquivo do Distrito de Aveiro* (ADA), vol. II, 1936, p. 50-56.

TAVARES, José Pereira — “1<sup>o</sup> Centenário de Eça de Queirós. Eça e a Igreja — o antipatriotismo de Eça”, ADA, vol. XI, 1945, p. 290-299.

TAVARES, José Pereira (org. de) — 1851 — *Liceu nacional de Aveiro — 1951. Livro Comemorativo do 1<sup>o</sup> Centenário*, Aveiro, 1951, *Sep. da Labor*, n.º 115, Outubro de 1951.

TAVARES, José Pereira — “Doutor Egas Moniz”, ADA, vol. XXI, 1955, p. 277-282.

TAVARES, José Pereira — Prefácio e notas à obra de António José da Silva (O Judeu), *Obras completas*, vol. I, Lisboa, Liv. Sá da Costa Ed., 1957, p. IX-XLVII.

TAVARES, José Pereira — “O general Joaquim da Costa Cascais e o monumento comemorativo da Batalha do Buçaco”, ADA, vol. XXVII, 1961, p. 161-164.

TAVARES, José Pereira — “1<sup>o</sup> Centenário do falecimento de José Estêvão (4 de Novembro de 1862 - 4 de Novembro de 1962)”, ADA, vol. XXVIII, 1962, p. 247-317.

TAVARES, José Pereira — “1<sup>o</sup> Centenário do falecimento do Marquês de Pombal. Homenagem de Aveiro”, ADA, vol. XXIX, 1963, p. 263-267.

TAVARES, José Pereira — “Doutor Fidelino de Figueiredo (1889-1967)”, ADA, vol. XXXIII, 1967, p. 129-130.

TAVARES, José Pereira — “1<sup>o</sup> Centenário do movimento liberal de Aveiro de 1828”, ADA, vol. XXXV, 1969, p. 3-7.

TAVARES, José Pereira — “Homenagem de Oliveira de Azeméis a Ferreira de Castro”, ADA, vol. XXXVI, 1970, p. 8-18.

TAVARES, José Pereira — “Presença ultramarina na formação tradicional da juventude”, Lisboa, 1971, *Sep. do Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 1971, p. 295-302.

- TEIXEIRA, Marques — *Leonardo Coimbra e a Escola Única*, Porto, Ed. Marâmus, 1961.
- TORGAL, Luís Reis — *Tradicionalismo e contra-revolução. O pensamento e a acção de José da Gama e Castro*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1973.
- TORGAL, Luís Reis e VARGUES, Isabel N. — *A Revolução de 1820 e a instrução pública*, Porto, Paisagem Ed., 1984.
- TORGAL, Luís Reis — “A História... Que História? Algumas reflexões introdutórias à temática da história local e regional”, *Revista de História das Ideias*, nº 9, Coimbra, 1987, p. 843-867.
- TORGAL, Luís Reis — *História e Ideologia*, col. “Minerva-História”, 3, Coimbra, Minerva, 1989.
- TORGAL, Luís Reis — “Da(s) crise(s) e do(s) mito(s) da(s) Universidade(s)”, *Revista de História das Ideias*, nº 12, Coimbra, 1990, p. 7-17.
- TOUCHARD, Jean (dir. de) — *História das Ideias Políticas*, vol. 6, Lisboa, Pub. Europa-América, 1970.
- VALENTE, Vasco Pulido — *O Estado Liberal e o ensino. Os liceus portugueses (1834-1930)*, Lisboa, GIS, 1973.
- Vida Mundial*, nº 1625, Julho de 1970, número especial — Salazar.

## ÍNDICE

NOTAS DE EXPLICAÇÃO PRÉVIA .....	1
INTRODUÇÃO .....	2
1. Problemática .....	2
2. Objectivos .....	9
3. Metodologia .....	12
4. Publicações escolares portuguesas (Ensino Secundário) — Sécs. XIX e XX .....	14
I. AS REVISTAS DO LICEU DE AVEIRO (1926-1973), .....	17
1. Origem, evolução e enquadramento .....	17
2. Os colaboradores — estrutura etária, sócio-profissional e política .....	30
II. A HISTORIOGRAFIA .....	46
1. Períodos históricos dominantes/temáticas subjacentes.....	47
2. Teorias da História pressupostas .....	61
3. “Arquivo do Professor de História” .....	65
4. Recensões e “Bibliografia” .....	66
III. O ENSINO DA HISTÓRIA .....	71
1. História da Pedagogia.....	73
2. Pedagogia da História.....	76
3. Didáctica da História .....	79
IV. A MEMÓRIA HISTÓRICA.....	83
1. Década de 20 .....	84
1.1. Períodos históricos/ temas dominantes.....	85
1.2. Heróis.....	89



2. Décadas de 30/ 40 .....	92
2.1. Nacionalismo .....	96
2.2. Mentalidade corporativa = harmonia social .....	98
2.3. Colonialismo .....	99
2.4. História/ memória das glórias nacionais .....	103
2.5. Heróis .....	105
2.6. Comemorativismo .....	107
3. Décadas de 50/ 70 — após-guerra .....	109
3.1. Guerra Colonial .....	110
3.2. Persistência de Memória Histórica dominante: .....	123
- Momentos históricos; .....	123
- Heróis .....	124
3.3. Centenários e <i>In Memoriam</i> .....	126
 CONCLUSÃO .....	 129
 APÊNDICE	
Subsídio para um Catálogo de Publicações Escolares Portuguesas (Ensino Secundário) — Sécs. XIX e XX. ....	130
Notas de Explicação Prévia.....	131
Objectivos e Critérios .....	133
Lista de Publicações .....	136
Gráfico .....	169
Índice Cronológico .....	170
Índice Geográfico .....	172
 FONTES E BIBLIOGRAFIA .....	 176
Fontes .....	177
Outras Fontes e Obras de consulta .....	178
Revistas e jornais .....	178

Dicionários e enciclopédias .....	179
Obras de carácter geral, livros e artigos .....	180
 QUADROS .....	 191
Quadro A — Rítmos de publicação da <i>Labor</i> .....	22
Quadro B — <i>Anuário do Liceu de Aveiro</i> .....	26
Quadro nº 1: <i>Farol</i> — Distribuição de artigos por autores .....	192
Quadro nº 2: <i>Labor</i> — Percentagens de artigos .....	193
Quadro nº 3: <i>Labor</i> — Percentagens de autores .....	194
Quadro nº 4: <i>Labor</i> — Distribuição de autores por idades.....	195
Quadro nº 5: <i>Labor</i> — Distribuição de autores por profissões .....	196
Quadro nº 6: <i>Labor</i> — Colaboradores principais .....	197
Quadro nº 7: <i>Labor</i> — Distribuição geral de artigos por áreas (históriografia, história/ ensino, história/ memória) .....	198
Quadro nº 8: <i>Labor</i> / historiografia — Períodos históricos considerados.....	199
Quadro nº 9: <i>Labor</i> / historiografia — Temáticas .....	200
Quadro nº 10: <i>Labor</i> / historiografia — Biografias (variantes/ sexos) .....	201
Quadro nº 11: <i>Labor</i> / historiografia — Distribuição geográfica de artigos O etnocentrismo .....	202
Quadro nº 12: <i>Labor</i> / historiografia — “Bibliografia” e “Arquivo do Prof. de História”: períodos históricos considerados. ....	203
Quadro nº 13: <i>Labor</i> / pedagogia — Temáticas .....	204
Quadro nº 14: <i>Labor</i> e <i>Farol</i> / memória-Temáticas .....	205
Quadro nº 15: <i>Labor</i> e <i>Farol</i> / memória-Períodos históricos .....	206
Quadro nº 16: <i>Labor</i> e <i>Farol</i> / memória — Distribuição geográfica de artigos. ....	207
 GRAVURAS	
1 — Primeira página da <i>Labor</i> nº 1 .....	18
2 — Capa do último número da <i>Labor</i> .....	20